

O FUTURO DA INOCUIDADE ALIMENTAR



IFSC_1/19/TS1.4

Primeira Conferência Internacional sobre Inocuidade Alimentar da FAO/OMS/UA em Adis Abeba, 12-13 fevereiro de 2019

Investimentos em inocuidade alimentar centrados nas pessoas em países de baixa e média renda

Delia Grace, Líder de Programas no Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária e Líder Flagship do Programa de Pesquisas em Agricultura para a Nutrição e Saúde do CGIAR
Segunda versão, sexta-feira 27 de dezembro de 2018

1. Introdução

Este artigo técnico discute a inocuidade dos alimentos no contexto do sistema alimentar e explica a razão da inocuidade alimentar ser parte integral do desenvolvimento sustentável. Resumimos os elos entre doenças causadas por alimentos, má nutrição e desigualdade e estabelecemos princípios que sustentam a incorporação da inocuidade alimentar nas iniciativas de desenvolvimento centradas nas pessoas.

Inocuidade alimentar e subnutrição

A inocuidade alimentar afeta a nutrição através de várias formas relacionadas com o consumo de alimentos. O retardo no crescimento e a extrema baixa estatura, afetam hoje cerca de 150 milhões de crianças com menos de cinco anos prejudicando a saúde e impactando negativamente os resultados na educação e relativos ao trabalho. Muitos estudos demonstraram que o problema do retardo do crescimento só é parcialmente evitado pela boa nutrição e que as doenças transmitidas pelos alimentos (tais como a diarreia, infecções respiratórias do trato superior e helmínticas) são um importante fator de risco: em um estudo, 25% dos casos de retardo no crescimento foram atribuídos a episódios repetidos de diarreia. Micróbios e parasitas presentes nos alimentos foram também associados à disfunção entérica ambiental (DEE), uma condição médica caracterizada pelo intestino permeável e fortemente associada ao retardo no crescimento. Há também uma clara associação entre o retardo no crescimento e a exposição à aflatoxina, toxina produzida por fungos que contaminam os alimentos básicos nas regiões tropicais e subtropicais.

Inocuidade alimentar e doenças não transmissíveis

As doenças não transmissíveis (DNTs) são responsáveis por uma parcela crescente de doenças e mortes humanas e os principais fatores de risco são o sobrepeso e a obesidade. Esses dois fatores crescem rapidamente nos países de baixa e média renda (PRBM), com tendência a se concentrarem entre os mais pobres. Em 2016, a Organização Mundial da Saúde estimou que mais de 1,9 bilhão de adultos e 340 milhões de crianças sofrem de sobrepeso ou obesidade. Há provas crescentes de que o ciclo de doenças transmitidas por alimentos e malnutrição predispõe à obesidade e às comorbidades associadas, causando um “triplo impacto no intestino empobrecido”: as crianças com retardo no crescimento e repetidas infecções intestinais também correm maior risco de desenvolver a obesidade e as comorbidades associadas. Outro elo entre a inocuidade alimentar e as DNTs reside nos

países onde surtos de doenças transmitidas por alimentos foram associados ao consumo de alimentos frescos contaminados, o que – por seu turno – levou a uma mudança nas compras de alimentos, favorecendo os altamente processados, que geralmente contêm altos níveis de gordura, açúcar e sal e cujo consumo está associado ao sobrepeso e à obesidade.

Inocuidade alimentar e igualdade

As doenças transmitidas por alimentos são discriminatórias. Alguns grupos são biologicamente mais vulneráveis às doenças transmitidas por alimentos, especialmente os jovens, os idosos, os malnutridos, as grávidas e os imunossuprimidos (YOMPI). Pessoas nesses grupos por vezes têm outras desvantagens que podem também torná-las socialmente mais vulneráveis às doenças e menos capazes de manejar enfermidades. Além disso, a cultura influencia o consumo de alimentos de forma diferente entre os grupos, expondo-os a diferentes riscos e benefícios. As mulheres são gestoras de risco em termos do consumo de alimentos, preparação, processamento, venda e – em menor escala – na produção, mas são frequentemente prejudicadas pelo acesso reduzido a apoio e serviços, como educação e extensão.

Doenças transmitidas por alimentos podem também conduzir à pobreza. As doenças estão entre os gastos mais expressivos entre os mais pobres e pode funcionar como uma “armadilha de pobreza”, um mecanismo que se auto reforça e impede as pessoas de atingir o mínimo necessário para escapar da pobreza. A igualdade também se torna um problema, à medida que os sistemas agroalimentares se transformam em resposta a mudanças na demanda. O que geralmente envolve a intensificação da produção e modernização do varejo. Embora tais melhoras possam ser associadas a avanços na inocuidade alimentar, nem sempre é o caso. E apesar do fato que sistemas modernos possam criar empregos e melhorar as condições, há uma tendência à exclusão das mulheres e dos pobres. O mesmo fenômeno é observado no setor de exportação, onde a inocuidade alimentar é um importante critério para vender nos mercados lucrativos, mas os agricultores pobres, com menos instrução, que moram em lugares remotos e de sexo feminino tendem a ser excluídos.

2. Aumentar os investimentos centrados em pessoas em inocuidade alimentar

As questões de inocuidade alimentar ganham rapidamente mais espaço na pauta de desenvolvimento e para que as iniciativas de inocuidade alimentar melhor contribuam para o desenvolvimento centrado nas pessoas, alguns princípios devem ser observados.

A integração da inocuidade alimentar no desenvolvimento

A inocuidade alimentar é essencial para alcançar a segurança alimentar e a nutrição, está intimamente ligada a outros objetivos de desenvolvimento, incluindo a agricultura e o apoio à cadeia de valor, redução de perdas pós-colheita, processamento de alimentos, comércio de alimentos e mitigação das mudanças climáticas. Especificamente, a inocuidade alimentar é relevante para as abordagens baseadas em alimentos para melhorar a nutrição. Alimentos de origem animal, frutas e legumes frescos estão entre os alimentos mais nutritivos. Mas são também os responsáveis pela maioria das doenças transmitidas por alimentos, e se o consumo aumentar (duplicar ou triplicar), sem as ações necessárias para melhorar a inocuidade, o ônus das doenças transmitidas por alimentos também aumentará. Da mesma forma, a adaptação às mudanças climáticas deveria considerar a vigilância sanitária e o manejo de doenças transmitidas por alimentos sensíveis às condições climáticas e os planos de mitigação deveriam incluir os benefícios derivantes da redução das doenças transmitidas por alimentos. Estudos recentes demonstram que, mesmo quando a inocuidade alimentar é muito relevante para um objetivo de desenvolvimento, é frequentemente mal gerida e não se medem os resultados. Os implementadores definem claramente as metas e resultados em inocuidade alimentar, investem para alcançar tais metas e o sucesso é medido em termos da redução do risco de doenças ou da redução da exposição. O Quadro de Ação emitido pela Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN 2) fornece um conjunto de recomendações concretas para orientar os investimentos na melhora da nutrição e da

inocuidade alimentar, e a Década de Ação da ONU sobre Nutrição (2016-2025) oferece uma oportunidade única para os interessados aumentar os esforços com vista a erradicar a fome e a malnutrição em todo o mundo.

Aperfeiçoar a vigilância de doenças transmitidas por alimentos

Em muitos países de baixa e média renda não há uma abordagem sistemática ou abrangente para a vigilância de doenças transmitidas por alimentos, e mesmo quando é necessário fazer uma notificação oficial, as subnotificações são frequentes. Uma vigilância sanitária melhor ajudaria na detecção e gestão de surtos, além de priorizar perigos e riscos.

Enfrentar a inocuidade alimentar nos mercados domésticos

Estudos recentes indicam que a maior parte dos investimentos do passado na inocuidade alimentar nos países de baixa e média renda concentraram-se no setor de exportação e nos mercados formais. Porém, a maior parte do impacto econômico e na saúde das doenças transmitidas por alimentos recai sobre os que adquirem alimentos frescos dos mercados informais em países de baixa e média renda. A literatura limitada sobre a parte de regulamentação nacional em inocuidade alimentar nos países em desenvolvimento mostra que ainda não temos bons modelos de padrões e abordagens, aqueles com escala para garantir a inocuidade alimentar, onde os riscos são generalizados, os custos de conformidade elevados e a capacidade de fiscalização fraca. Há, porém, alguns programas pilotos de sucesso, como as iniciativas com os vendedores de comida de rua na África e na Ásia e também com o setor tradicional de laticínios. Maiores esforços são necessários para identificar e expandir as intervenções de inocuidade alimentar compatíveis, seja com o sistema alimentar tradicional, seja com aquele em fase de modernização.

Programas e estratégias de inocuidade alimentar com base na análise holística

Quando a inocuidade alimentar é o objetivo principal, uma abordagem multidisciplinar é necessária. Como a inocuidade alimentar tem profundas implicações com a nutrição, a igualdade, a subsistência e o meio ambiente, é importante que as intervenções para aprimorar a inocuidade alimentar adotem uma abordagem holística e avaliem as externalidades negativas e positivas. Por exemplo, aumentar o grau de inocuidade do leite para torná-lo mais seguro ao tornar pasteurização obrigatória pode fazer com que os vendedores do leite cru fiquem desempregados, além do aumento de preços que reduz o consumo pelas crianças.

Facilitar o ambiente regulatório

As autoridades reguladoras devem dar apoio às intervenções de inocuidade alimentar e a institucionalização é necessária para apoiar esta mudança (como normas e regulamentos apropriados). Não se deve, porém, depender excessivamente das ações para garantir o cumprimento das normas. Os países desenvolvidos descobriram que medidas coercitivas, baseadas em inspeção e punições são menos eficazes e mais caras do que empoderar os interessados para que se autorregulem, motivados por incentivos propícios. As autoridades também têm um papel fundamental nos investimentos em infraestrutura capazes de fornecer os pré-requisitos para a inocuidade alimentar (como estradas rurais, eletricidade, mercados públicos).

Tecnologias e abordagens satisfatórias (em cadeias de valor seguras e inclusivas)

Os atores do setor privado precisam de instrumentos para fornecer alimentos seguros. O que pode incluir treinamento, conscientização e abordagens como análise de perigos e pontos críticos de controle (HACCP) ou melhor rastreabilidade. Há diversas inovações já desenvolvidas que devem ser promovidas e disseminadas, tais como: dispositivos simples de resfriamento, recipientes de armazenamento e transporte de alimentos e formas de esterilizar a água.

Motivação e incentivos

Considerando que uma boa parte dos alimentos vendidos nos PBMR carece de inocuidade, é necessária uma mudança comportamental em larga escala que abranja todos os atores de alimentos, desde os produtores até os consumidores. As contínuas mudanças pedem incentivos que já foram usados com sucesso, mas são muito específicos em termos de contexto. Em alguns casos, bastaria fornecer informações. O aumento de lucros pode ser um incentivo para o setor privado, mas o incentivo pode também ser um ambiente regulatório melhor, ou a recompensa social por fornecer alimentos mais seguros.

3. Conclusão

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) visam a erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos até 2030. Esses objetivos integram as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Como os alimentos são uma fonte significativa de doenças, tornam-se fundamentais para atingir o objetivo de boa saúde e bem-estar e a questão alimentar está fortemente ligada aos objetivos visando a fome zero, água potável e saneamento. A inocuidade alimentar beneficia e contribui para a boa infraestrutura, para economias com bom desempenho e meios de subsistência mais justos. Ambientes limpos reduzem a transmissão das doenças transmitidas por alimentos e sistemas alimentares seguros reduzem o desperdício e a degradação ambiental. A inocuidade alimentar deve ser ativamente abordada nas metas e planos para alcançar os ODS. A Década de Ação sobre Nutrição é uma oportunidade de ação em segurança alimentar e nutricional sem precedentes, e os investimentos na inocuidade alimentar centrados em pessoas podem dar uma contribuição importante para o sucesso desta iniciativa, bem como para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.